COMITÊ DE INVESTIMENTOS
Instituto de Previdência de Feira De Santana – IPFS

ATA 08/2026
REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS
Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021
Portaria MTP nº 1467, de 2 de junho de 2022
Decreto Municipal n.º 14.340, de 26 de janeiro de 2026

Data	**18/08/2026 (Terça-feira)**
Local	**Sala de Reunião do IPFS (Avenida Santo Antônio, nº 247 – Capuchinhos – Feira de Santana/BA).**
Horário	**11:20 às 12:10**
Forma de Convocação	**Virtual (Whatsapp) com confirmação de presença**

Participantes:

1. Felipe Mascarenhas Couto
2. Aramis Gois de Mattos
3. Michele Costa Santos Cerqueira
4. Fábio de Souza Barbosa
5. Cedric Pinho Barth
6. Midiã Leite dos Santos
7. Fernando Lacerda
8. Ariadne Maciel e Talita (LEMA CONSULTORIA – Video Chamada)

Aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, realizou-se reunião do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência de Feira de Santana – IPFS, com a participação dos membros do Comitê e da consultoria LEMA Economia & Finanças, representada por Ariadne Maciel, tendo como pauta a análise do cenário econômico, o desempenho da carteira de investimentos, a estratégia de alocação dos recursos, o acompanhamento da meta atuarial e demais assuntos relacionados à gestão dos investimentos do Instituto.

Inicialmente, foi realizada a apresentação e acolhimento de Talita, nova integrante da equipe da LEMA, que passará a atuar no acompanhamento e atendimento ao IPFS. Foi informado que Talita possui experiência de aproximadamente 13 anos na área de RPPS e atuação anterior em Comitê de Investimentos. A transição do atendimento será realizada de forma gradual, permanecendo Ariadne Maciel em conjunto com Talita durante aproximadamente três meses, com o objetivo de assegurar a continuidade e a qualidade do atendimento prestado ao Instituto.

Na sequência, o então Presidente do Comitê, Felipe, realizou manifestação de despedida em razão de sua saída da Prefeitura, agradecendo aos membros do Comitê e à equipe da LEMA pela parceria e pelos trabalhos desenvolvidos ao longo de sua participação. Foi informado que há expectativa de continuidade de sua atuação na área acadêmica e de investimentos. Também foi apresentada a possibilidade de futura composição do Comitê por novo representante da área da Secretaria da Fazenda, o Sr Cedric Pinho.

1. Acompanhamento patrimonial e desempenho da carteira

Foi apresentado o acompanhamento do patrimônio do IPFS, destacando-se que, no início do exercício, o patrimônio encontrava-se em aproximadamente R$ 260 milhões, enquanto no fechamento analisado alcançou aproximadamente **R$ 266,642 milhões**.

Em comparação com o mês de junho, quando o patrimônio havia encerrado em aproximadamente R$ 266,883 milhões, observou-se redução patrimonial de aproximadamente R$ 220 mil. Foi destacado que essa redução está relacionada, principalmente, ao comportamento das receitas e despesas previdenciárias, considerando o descasamento entre os recursos arrecadados e as despesas do Instituto.

No mês de julho, a carteira apresentou rentabilidade de 1,02%, frente a uma meta atuarial de aproximadamente **0,54%**, demonstrando desempenho superior à meta no período.

No acumulado do exercício, a rentabilidade encontrava-se em aproximadamente **6,85%**, enquanto a meta atuarial estava em aproximadamente **6,86%**, representando diferença de apenas 0,01 ponto percentual. Foi ressaltado que, diante dos resultados apresentados, existe expectativa de reversão dessa pequena diferença nos próximos períodos.

Também foi apresentado o indicador de risco VaR, que se encontrava em aproximadamente **0,33**, utilizado para mensurar a perda potencial da carteira em determinado período.

2. Meta atuarial e cenário de inflação e juros

Foi esclarecido aos membros, especialmente ao novo integrante do Comitê, que a meta atuarial é definida anualmente na Política de Investimentos e possui metodologia vinculada às diretrizes estabelecidas para os RPPS.

Foi apresentada a meta de IPCA + 5,74% ao ano, destacando-se que o componente IPCA acompanha a inflação e, portanto, influencia diretamente a meta atuarial mensal.

Foi observado que, nos períodos de inflação mais elevada, a meta atuarial mensal apresentou níveis superiores a 1%, enquanto a redução recente da inflação contribuiu para a diminuição da meta e facilitou o processo de recuperação da rentabilidade acumulada.

Foi apresentado que a inflação acumulada em 12 meses encontrava-se em aproximadamente **4,44%** e que a taxa Selic estava em **14%**, sendo ressaltada a importância do comportamento dos indicadores econômicos para a condução da política monetária e, consequentemente, para a estratégia de investimentos do Instituto.

3. Importância da rentabilidade para o equilíbrio financeiro

Foi destacado que o IPFS acumulava aproximadamente R$ 17,724 milhões em rendimentos no exercício.

A análise demonstrou que, apesar do crescimento patrimonial observado, o volume de rentabilidade obtido tem exercido papel fundamental para compensar parcialmente o descasamento entre receitas e despesas previdenciárias.

Foi ressaltado que, sem os rendimentos obtidos, o patrimônio poderia estar em patamar significativamente inferior. Nesse sentido, foi reforçada a importância da estratégia de investimentos para a preservação patrimonial do Instituto.

Também foi pontuado que a situação deve ser analisada sob duas perspectivas: o equilíbrio atuarial e o equilíbrio financeiro. Embora o desempenho dos investimentos esteja contribuindo positivamente para o atingimento da meta atuarial, foi ressaltada a existência de desequilíbrio financeiro, decorrente do fato de as despesas previdenciárias superarem as receitas provenientes das contribuições e demais entradas.

Foi destacado, ainda, que o volume de resgates realizados ao longo do exercício supera o volume de aplicações, reforçando a necessidade de atenção à sustentabilidade financeira e à gestão de liquidez do Instituto.

4. Alterações realizadas na carteira de investimentos

Foi informado pelo Comitê que grande parte das alterações de carteira deliberadas na reunião anterior já havia sido executada durante o mês de julho.

Os fundos que apresentavam prazo de cotização ou liquidação superior a D+0, especialmente fundos D+2 e D+3, tiveram sua movimentação realizada no início de agosto, com o objetivo de evitar impacto patrimonial decorrente da permanência temporária dos recursos em processo de resgate.

Foi informado que os fundos de ações foram resgatados e que os recursos foram direcionados principalmente para estratégias de IRF-M 1 e CDI, com divisão entre fundos de prazo mais longo lastreados em títulos públicos e fundo de curto prazo.

A consultoria considerou adequada a estratégia adotada, especialmente diante da necessidade atual de maior liquidez, menor volatilidade e maior conservadorismo na carteira.

5. Desempenho dos fundos de investimento

Na análise do mês de julho, foram destacados alguns desempenhos negativos presentes na carteira.

O fundo Caixa Consumo Fia apresentou rentabilidade de aproximadamente **-2,91%**, enquanto que este mesmo fundo, mencionado na reunião apresentou rentabilidade de aproximadamente **-6,66%**, considerando o período de permanência da alocação anual.

Por outro lado, foram destacados desempenhos positivos superiores a 1,30%, especialmente nos fundos indexados à inflação, como o Caixa IDKA IPCA 2 Anos e o BB IDKA, que apresentaram rentabilidade superior a 1,30%.

A carteira, de forma consolidada, apresentou rentabilidade mensal de **1,02%**, correspondente a aproximadamente **R$ 2,688 milhões** de resultado financeiro no mês de julho.

6. Distribuição da carteira

No fechamento de julho, a carteira encontrava-se composta aproximadamente por:

- **95,31% em renda fixa;**
- **4,69% em renda variável.**

Foi destacado que, após as alterações realizadas no início de agosto, a participação em renda variável deverá ser reduzida.

Considerando o processo de obtenção do Pró-Gestão, foi ressaltada a preferência pela concentração dos novos recursos em estratégias de maior conservadorismo, especialmente fundos compostos integralmente por títulos públicos.

Em relação às instituições financeiras, a Caixa Econômica Federal concentrava aproximadamente **67,73%** da carteira, enquanto o Banco do Brasil Gestão de Recursos representava aproximadamente **32,27%**.

7. Cenário econômico

A consultoria apresentou análise do cenário econômico nacional e internacional, destacando o comportamento da inflação, taxa Selic, atividade econômica,

mercado de trabalho, situação fiscal, fluxo de investimentos estrangeiros, mercado acionário, câmbio e cenário geopolítico.

Foi destacado o comportamento do PMI, que apresentou redução e passou a indicar retração da atividade econômica privada. Em contraponto, o mercado de trabalho permaneceu aquecido, com redução da taxa de desemprego e melhora das condições de emprego e renda.

No âmbito fiscal, foi ressaltado o aumento do déficit público e da relação dívida/PIB, fator que permanece como ponto de atenção para o mercado.

Também foi destacada a entrada de investimentos estrangeiros no país, bem como a recuperação do mercado acionário brasileiro em julho, após meses de desempenho negativo.

No mercado cambial, observou-se valorização do real frente ao dólar no período, enquanto o cenário internacional permaneceu sujeito a riscos geopolíticos, especialmente relacionados às tensões no Oriente Médio e aos possíveis impactos sobre o preço do petróleo e a inflação global.

8. Curva de juros e estratégia de investimentos

Foi apresentada a movimentação da curva de juros, destacando-se a abertura dos vértices intermediários e longos, movimento que impactou negativamente estratégias com maior duration, como o IMA-B 5+.

Diante desse cenário, foi reforçada a adequação da estratégia de redução da exposição aos vértices mais longos da curva de juros, buscando maior estabilidade e menor volatilidade.

Foi destacado o IRF-M 1 como estratégia aderente ao cenário atual, considerando sua menor duration e exposição a títulos públicos prefixados de curto prazo.

A consultoria ressaltou que CDI e IRF-M 1 apresentam, no cenário atual, maior aderência aos objetivos de rentabilidade e risco do IPFS, especialmente diante da necessidade de preservação de liquidez e conservadorismo.

9. Análise dos fundos de gestão ativa

O Comitê questionou a manutenção de posições em fundos de renda fixa de gestão ativa, especialmente aqueles vinculados ao IMA Geral, considerando a possibilidade de alteração da curva de juros.

A consultoria apresentou comparação entre os fundos de gestão ativa da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, utilizando CDI e IMA Geral como referências.

Foi destacado que os fundos de gestão ativa possuem maior capacidade de adaptação às mudanças do cenário econômico, buscando alternar posições entre títulos pós-fixados, prefixados e indexados à inflação.

Entretanto, a análise demonstrou que, no cenário atual, o desempenho de alguns desses fundos não apresenta vantagem suficiente em relação ao CDI e aos indicadores de menor volatilidade.

Foi citado como destaque positivo da Caixa Econômica Federal o Caixa Topázio, fundo composto por 100% de títulos públicos e com CDI como referência. Também foi mencionada a existência de estratégia vinculada ao Tesouro Selic no Banco do Brasil.

A consultoria concluiu que fundos de gestão ativa podem voltar a ser mais interessantes em um cenário de redução da Selic, quando a gestão ativa da duration e da alocação entre diferentes títulos pode proporcionar maior potencial de retorno.

10. Documentação dos fundos e comunicação com o Banco do Brasil

O Comitê relatou dificuldades para obtenção da documentação necessária para análise de determinados fundos apresentados pelo Banco do Brasil.

Foi destacado que, embora estejam disponíveis informações básicas e lâminas, existe dificuldade de acesso a documentos necessários para uma análise completa, tais como regulamento, formulário de informações complementares, boletins de desempenho e demais documentos exigidos para avaliação dos investimentos.

A consultoria informou que poderá intermediar o contato com a equipe responsável pela gestão de investimentos do Banco do Brasil, buscando melhorar o fluxo de informações e facilitar o acesso à documentação necessária para as análises e deliberações do Comitê.

Ficou solicitado que o Comitê encaminhe à consultoria o contato da pessoa responsável pelo atendimento junto à área de investimentos do Banco do Brasil, para que seja realizada a devida intermediação.

11. Estudo de ALM

Ao final da reunião, a consultoria reforçou a necessidade de recebimento do fluxo em formato CSV, contendo o detalhamento das receitas e despesas previdenciárias do Instituto, informação necessária para elaboração do estudo de ALM – Asset Liability Management.

Foi esclarecido que o estudo de ALM tem como objetivo relacionar o fluxo de passivos e obrigações previdenciárias à estratégia de investimentos, contribuindo

para a definição de uma alocação adequada aos compromissos futuros do Instituto.

Foi solicitado ao Comitê que reforce junto ao atuário o pedido de envio do arquivo em formato adequado.

A consultoria destacou que o estudo possui prazo estimado de 30 dias para elaboração e que, quanto antes as informações forem disponibilizadas, mais rapidamente poderá ser concluído. Ressaltou-se, ainda, que a intenção é concluir o estudo antes da elaboração da próxima Política de Investimentos, permitindo que a estratégia de alocação seja construída de forma integrada às necessidades do passivo previdenciário.

12. Encaminhamentos

Ao final, ficaram estabelecidos os seguintes encaminhamentos:

1. Dar continuidade à estratégia de maior conservadorismo e liquidez da carteira, considerando o atual cenário financeiro e previdenciário do IPFS;
2. Monitorar o comportamento da meta atuarial e da rentabilidade acumulada, especialmente diante da proximidade do atingimento da meta anual;
3. Acompanhar a evolução do cenário de juros e avaliar oportunidades de rebalanceamento da carteira;
4. Avaliar a manutenção ou eventual redução das posições em fundos de gestão ativa de renda fixa, considerando o cenário de juros e o desempenho em relação aos benchmarks;
5. Intermediar junto ao Banco do Brasil a melhoria do acesso à documentação dos fundos de investimento;
6. Encaminhar à consultoria o contato do responsável pela área de investimentos do Banco do Brasil;
7. Reforçar junto ao atuário o envio do fluxo de receitas e despesas em formato CSV;
8. Dar prosseguimento à elaboração do estudo de ALM após o recebimento das informações necessárias;
9. Buscar concluir o estudo de ALM antes da elaboração da próxima Política de Investimentos;
10. Dar continuidade à transição do atendimento entre Ariadne Maciel e Talita, garantindo a manutenção do acompanhamento técnico do IPFS.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada as 12:10, ficando registrados os assuntos, análises e encaminhamentos acima descritos. Para fins de registro, lavrou-se a presente ata, que será submetida à apreciação e aprovação dos membros do Comitê de Investimentos.

Felipe Mascarenhas Couto
Presidente do Comitê Investimentos
Coordenador de Projetos Especiais Nível I do Gabinete do Prefeito

Fábio de Souza Barbosa
Diretor Adm. e Financeiro do IPFS

Aramis Gois de Mattos
Gestor de Recursos do RPPS

Michele Costa Santos Cerqueira
Chefe de Seção de Controle de Pessoal